

Procedimento concursal comum para ocupação de um posto de trabalho na carreira e categoria de Técnico Superior para exercer funções na Área de Inovação e Empreendedorismo da Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa

ATA 3

Ao sétimo dia do mês de junho do ano de dois mil e vinte e quatro, pelas oito horas, reuniu nas instalações da Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa (Ciências ULisboa), o júri, designado pelo Diretor da Ciências ULisboa, do procedimento concursal comum para o preenchimento de um posto de trabalho em regime de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, para a carreira e categoria de Técnico Superior do mapa de pessoal não docente e não investigador da Ciências ULisboa para exercício de funções na Área de Inovação e Empreendedorismo, na sequência do despacho autorizador de 27 de março de 2024.

O júri, constituído por Jorge Augusto Mendes de Maia Alves, que preside, pelo 1.º Vogal Efetivo, Ana Rita Capucho Tomé Rocha e pelo 2.º Vogal Efetivo, Carla Maria Antunes da Graça Silva, deu início à reunião propondo a seguinte ordem de trabalhos:

1. Apreciação das pronúncias dos candidatos, em sede do exercício do direito de participação dos interessados;
2. Marcação da data para a realização do primeiro Método de Seleção (Prova de Conhecimentos) do procedimento concursal supracitado.

Assim, e quanto ao ponto um da ordem de trabalhos, o júri começou por verificar que, até ao termo do prazo para o exercício do direito de participação dos interessados, foram apresentadas 3 (três) pronúncias.

Procedendo à análise das alegações e evidências apresentadas pelos candidatos no exercício do seu direito de participação, o júri deliberou face aos pedidos apresentados, de acordo com os seguintes fundamentos:

Inês Gonçalves Gerales - No prazo de receção de candidaturas, a candidata remeteu um documento que não corresponde a um certificado de habilitações, nem o substitui. O envio do certificado constava do aviso de abertura do procedimento e é sua condição de admissibilidade. Acresce referir que a declaração entregue, na instrução do processo de candidatura, não se encontra válida *“Emitida em 23-03-2023 e válida até 22-03-2024”*, correspondendo a data de validade anterior ao prazo de receção de candidaturas e menciona que *“O conteúdo apresentado serve unicamente para verificação eletrónica (online) da situação académica do(a) aluno(a) não tendo qualquer validade se for impresso”*. Em fase de pronúncia de interessados, a candidata, refere o seguinte: *“Após analisar novamente a minha candidatura vejo que o documento mencionado está anexado, o qual foi*

emitido pela Universidade Do Minho. O grau apresentado é de mestre em engenharia Biomédica, curso que se enquadra no ramo de Engenharia. A desclassificação deve-se ao facto de não ter apresentado o documento como uma fotocópia? Se possível, queria entender a avaliação feita pelo júri, de forma a estar ciente para próximas candidaturas.”. Ora, não tendo a candidata remetido o comprovativo do certificado de habilitações (tendo, inclusive, apresentado uma declaração com a validade ultrapassada, em sua substituição), nem o tendo apensado ao processo em sede de audiência de interessados, a mesma não apresenta evidência e/ou fundamento que permita ao júri alterar a decisão de exclusão do concurso. Face o que antecede, é de indeferir o pedido.

João Carlos Henriques Jorge - No prazo de receção de candidaturas, o candidato enviou o formulário de candidatura omissa na assinatura. No âmbito das alegações, em fase de pronúncia de interessados, o candidato alega *“não existir nenhum espaço de preenchimento digital no local da assinatura do candidato (estando em branco, não sendo possível introduzir texto ou imagem), bem como a não existência de uma diretriz que indicasse o modo como esta assinatura deveria ser preenchida, podendo gerar interpretações dúbias, para lá do documento do aviso de abertura não mencionar os termos "assinatura" e "assinar" uma única vez ao longo de todo o documento.”*. Ora, formulário tipo, de utilização obrigatória, disponibilizado no website da Ciências ULisboa, contém expressamente um campo para a assinatura, sendo a mesma um requisito previsto no artigo 102.º do Código do Procedimento Administrativo. Nesta circunstância, o candidato não apresenta evidência e/ou fundamento que permita ao júri alterar a decisão de exclusão do concurso. Face o que antecede, é de indeferir o pedido.

Tiago Miguel Martins Encarnação - No prazo de receção de candidaturas, o candidato enviou o formulário de candidatura omissa na assinatura. No âmbito das alegações, em fase de pronúncia de interessados, o candidato remete o formulário tipo, de utilização obrigatória, disponibilizado no website da Ciências ULisboa, devidamente assinado. Contudo, o documento não pode ser considerado válido, uma vez que o mesmo apresenta uma assinatura com data posterior ao prazo de receção de candidaturas. Nesta circunstância, o candidato não apresenta evidência e/ou fundamento que permita ao júri alterar a decisão de exclusão do concurso. Face o que antecede, é de indeferir o pedido.

Mais deliberou o júri pela aplicação, a todos os candidatos agora admitidos, do primeiro método de seleção obrigatório, prova de conhecimentos, tendo aprovado a lista definitiva dos candidatos admitidos e excluídos que constitui o anexo I da presente ata.

Relativamente ao ponto dois da ordem de trabalhos, o júri deliberou que a prova de conhecimentos realizar-se-á no dia **21 de junho de 2024, às 14:30 horas, no Edifício C6, na Sala 6.2.47**, sita na Ciências ULisboa, Campo Grande, 1749-016 Lisboa, devendo os candidatos admitidos ser notificados nos termos do disposto da Portaria n.º 233/2022, de 09 de setembro.

A lista definitiva dos candidatos admitidos e excluídos, a data e local de realização da prova, encontra-se disponível na página eletrónica da Ciências ULisboa ([http:// www.ciencias.ulisboa.pt/concursos?id=4553](http://www.ciencias.ulisboa.pt/concursos?id=4553)).

Nada mais havendo a deliberar, foi elaborada a presente ata que vai ser assinada pelos membros do júri presentes.

Júri

Presidente

1.º Vogal Efetivo

(Jorge Augusto Mendes de Maia Alves)

(Ana Rita Capucho Tomé Rocha)

2.º Vogal Efetivo

(Carla Maria Antunes da Graça Silva)

Anexos: o mencionado